

# “E dizem que a escola para eles não tem tanta importância”<sup>1</sup>

Este texto tem por objetivo apresentar algumas impressões de professores e de acadêmicos do curso de Licenciatura Intercultural Indígena Povos do Pantanal — LIIPP, desenvolvido pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul — UFMS, Câmpus de Aquidauana — CPAQ, com recursos do FNDE por meio de Edital PROLIND, sobre o curso e as escolas indígenas. Para tanto, apresentaremos trechos de textos produzidos por acadêmicos, depoimentos e imagens, bem como as sensações vivenciadas pelos professores e acadêmicos durante a realização das etapas presenciais nos polos de Porto Murtinho I e II.

O curso LIIPP iniciou em dezembro de 2010, com aulas presenciais no Campus de Aquidauana — CPAQ, da UFMS. Nos meses de fevereiro e março de 2011 começaram os encontros presenciais realizados nos polos (oito no total) que, conforme as condições de trabalho, ora se localizam em uma aldeia ora em outra, mas sempre organizados nos municípios a que pertencem essas aldeias.

Este relato refere-se, especificamente, aos encontros realizados nos polos de Porto Murtinho I e II. O Polo de Porto Murtinho I localiza-se na aldeia Alves de Barros e possui cinco acadêmicos matriculados, todos da etnia Kadiweu. Já o Polo Porto Murtinho II está localizado na aldeia São João; nele estão matriculados onze acadêmicos, sendo cinco da etnia Kinikinau e seis da etnia Kadiweu, totalizando dezesseis acadêmicos.

De 18 a 20 de janeiro de 2011, as aulas do Polo de Porto Murtinho I e II aconteceram na Escola Municipal Indígena Polo Eguwgi, na aldeia Alves de Barros. A Aldeia Alves de Barros fica a aproximadamente 430 km da sede do município de Porto Murtinho, MS; a 286 km de Aquidauana, MS (via Bodoquena) e a 60 km do município de Bodoquena, em estrada sem pavimentação asfáltica, em região pantaneira, de serra e morrarias muito íngremes e de difícil acesso, mas com uma paisagem indescritível. Pela distância a ser percorrida, fizemos opção pela estrada de Bodoquena.

No início da descida da serra, ficamos impressionados com a dificuldade de acesso à aldeia - estrada em péssimas condições, morraria, serra... -, uma vez que no pantanal sul-mato-grossense esse período é de cheia, com chuvas contínuas e torrenciais. Foram cinco horas para percorrer os 60 km de estrada de terra!

1 - Narrativa de experiências contadas, gravadas, transcritas e registradas, mediante linguagem simples e direta para que os acadêmicos possam ler, compreender e avaliar os encontros dos Polos de Porto Murtinho I e II.



## O primeiro encontro

Ao chegarmos à aldeia, por volta das 17h40min, fomos recebidos pelo coordenador da escola, que disponibilizou a casa dos professores para nos alojarmos. Essa casa é anexa à escola, possui uma sala, uma cozinha (sempre alagada) e um banheiro. Acomodamo-nos e, por volta da 01h30min da madrugada, ouvimos barulho de pessoas que caminhavam no entorno da escola.

No outro dia pela manhã ficamos sabendo que os alunos do Polo de Porto Murtinho II (aldeia São João) chegaram àquela hora da madrugada. Tinham saído de casa às cinco da manhã do dia anterior, ou seja, ficaram em torno de 19 horas na estrada, sem refeição, com chuva, condução quebrada, estrada interditada e, para completar, ao chegarem dormiram no chão, sem banho e sem jantar.

O que mais nos chamou a atenção foi o fato de em momento algum eles reclamarem de todo o percurso da aldeia de origem até a escola-polo. Ao contrário, era visível a alegria de estarem ali e o orgulho de receberem a universidade “em casa”, o que pode ser constatado em depoimento proferido à Professora Denise Silva durante o treinamento tecnológico<sup>2</sup> que eles desenvolvem em cada encontro<sup>3</sup>:

2 - Treinamento Tecnológico é o termo utilizado para a brincadeira de repórter e noticiários que os acadêmicos criaram com o objetivo de registrar as aulas e vencer, segundo eles, as barreiras da timidez cultural. Assim, o que denominamos de entrevistas ou depoimentos são falas espontâneas gravadas e filmadas pelos acadêmicos nos polos de Porto Murtinho I e II.

3 - O S1 refere-se à professora; S2 ao acadêmico que reside na Aldeia Barro Preto e ministra aulas na Aldeia Tomázia, a 75 km, estrada de terra da Aldeia São João e, S3 ao acadêmico que reside na Aldeia São João.



*S2: Eu moro a trezentos e cinquenta quilômetros de Porto Murinho. Venho pelo caminho que vem pela Tomázia; dali tenho que atravessar o rio Aquidabã, que está quase cheio e algumas pontes que estão quase caindo. A gente tem que passar pela São João, de São João para Bonito, de Bonito para Bodoquena e ainda enfrentar a serra. Saí de lá umas cinco e meia da tarde e chagamos aqui quase duas da manhã.*

*S1- Evocês vieram do que de lá prá cá, da sua aldeia Barro Preto?*

*S2- De carro, que foi fretado pela prefeitura e que foi buscar a gente*

*S2- Tivemos muita dificuldade pra chegar aqui. Se não fosse o freteiro, que é muito experiente na região, a gente não chegaria. Por exemplo, chegamos aqui na estrada que vem de Bonito para Bodoquena; entre as duas cidades tem uma parte da estrada que está interditada, a água levou as pontes. O carro ficou do outro lado. Aí tivemos que ligar pra Bodoquena pra poder chamar outro carro pra buscar a gente.*

*S1- Evocês dormiram onde?*

*S2- Um pouco do pessoal dormiu aqui em pé (risos) e eu consegui acordar o professor Valmir lá na casa dele. Não podia era faltar! A universidade já estava aqui... Nós falamos no rádio da FUNASA e eles disse que já estavam aqui.*

*S1- Inácio, você foi umas das pessoas que dormiram em pé?*

*S3- Eu forrei o chão. Eu trouxe uma rede, só que não trouxe a corda pra pendurar a rede... A nossa sala não é própria pra rede, só para cadeira; então, coloquei (a rede) no chão pra dormir. Trouxe um cobertor. Dormi sem ventilador, nem vi os mosquitos, porque a gente estava cansado, porque na carroceria a gente veio em onze pessoas, bem apertado. Chegamos cansados, nem banho deu tempo de tomar. Porque nosso banheiro é lá no córrego e aqui não tem banheiro. Então dormimos e só acordamos bem cedinho. Nós saímos da São João às seis horas da manhã, ficamos lá no rio esperando o outro caminhão que ia nos buscar, o caminhão da cesta básica, que quebrou aqui na chegada da aldeia. Aí ficamos no rio Aquidabã, debaixo de uma chuva, até uma da tarde... Aí fomos pegar a "matula" lá no "bolicho" e quando nós voltamos, lá pelas duas da tarde, ficamos sabendo que iria outra viatura pra nos buscar. Ficamos aguardando até que passou a viatura que foi até Barro Preto. Saímos de lá já tarde. e então, o mesmo trajeto que passamos em Bonito... Tivemos toda essa dificuldade de chegar no limite do município de Bonito e Bodoquena, houve aquele rompimento da via e ficamos do outro lado até meia noite, quando chegou a outra viatura e chegamos por volta da uma e meia da madrugada.*







## **Na sequência, outro acadêmico (S4), também da região de Barro Preto, assim expôs a sua trajetória:**

*S4: Nós saímos eram duas da tarde. Da aldeia até a Baía do Osório é um quilômetro e meio; então, até chegar lá, fomos a pé. O pessoal foi pegar o sacolão lá porque, como não atravessa, porque o rio estava muito cheio, a comunidade toda foi pra lá pra pegar e retornar. Aí nós fomos junto, tivemos que andar uns 200 metros para atravessar porque estava meio cheio, carro nenhum passava, também fica ilhado lá. Tivemos que atravessar a baía pra esperar o carro lá, tivemos que atravessar a baía a nado.*

*S1- Não molhou seu material?*

*S4- Não, porque a gente coloca na cabeça. A água tava só até o pescoço. Não tava nadando totalmente. Aí viemos eu e o Guilherme e estamos aqui para as aulas.*

Vale registrar que, mesmo com as dificuldades e o cansaço físico da viagem, os acadêmicos participaram efetivamente das aulas, leram, exercitaram e discutiram questões relacionadas à Língua Portuguesa, à Organização da Escola Básica Indígena e à Educação Escolar Indígena, além de produzirem sínteses, em especial, sobre a organização da Escola Básica Indígena.



# O segundo encontro


O segundo encontro ocorreu no período de cinco a nove de fevereiro de 2011. Nesse período, a chuva castigava o estado de Mato Grosso do Sul. A região enfrentava um período de enchentes e, em virtude disso, as aulas dos polos foram canceladas, exceto as do Polo de Porto Murtinho I e II, que, desta vez, aconteceram na Escola Municipal Indígena Polo Koinukonoen, na aldeia São João, a aproximadamente 297 km da sede do município de Porto Murtinho, 65 km de Bonito e 280 km de Aquidauana. Saímos de Aquidauana às 7h30min com destino a Bonito. São 220 km de estrada pavimentada. Após Bonito, são 65 km de estrada sem pavimentação, muita lama e atoleiros.

A nossa ida para a aldeia foi uma aventura, começando com a enchente no município de Aquidauana.

Com essa viagem pudemos vivenciar as dificuldades enfrentadas pelos acadêmicos. No entanto, tivemos a oportunidade de viajar em veículo novo, de cabine dupla, com ar condicionado e tração nas quatro rodas, ou seja, em condições bem diferentes das enfrentadas pelos estudantes.

Ao chegar a Bonito fomos contatados pelo professor Inácio, acadêmico do curso e coordenador da escola-polo que, em virtude do mau tempo e das péssimas condições da estrada, fez questão de nos encontrar e nos acompanhar no trajeto da cidade até a aldeia.

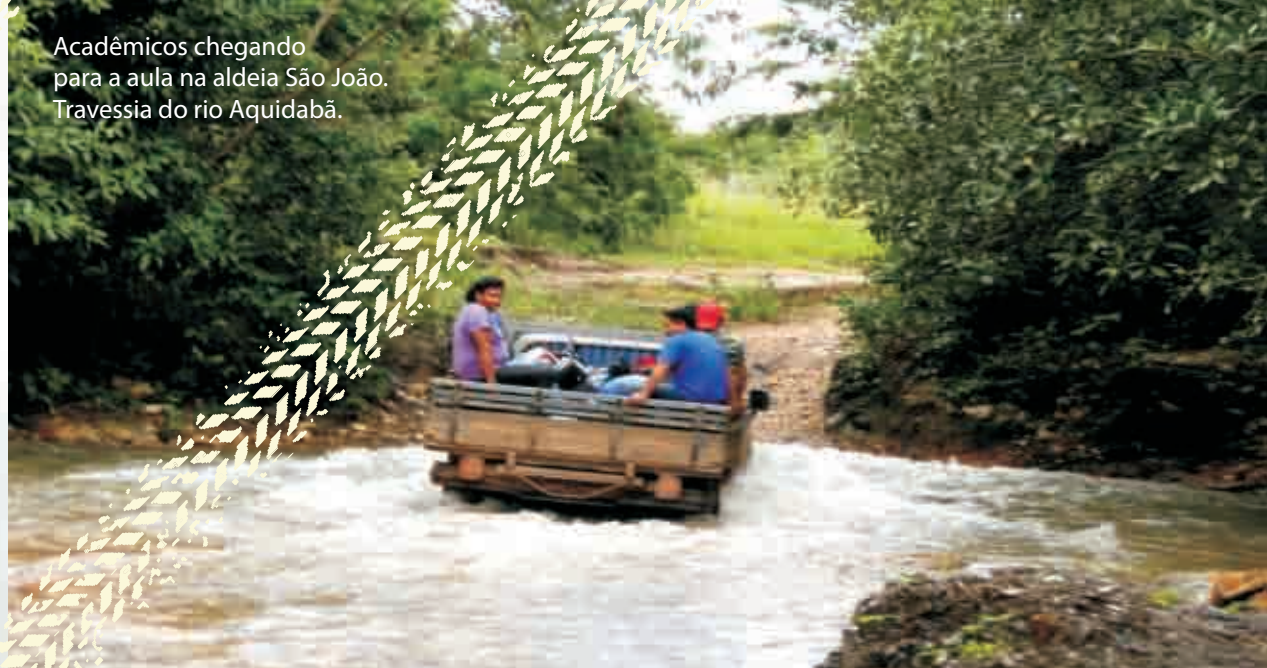
A viagem de Bonito até a aldeia foi uma verdadeira saga. Enfrentamos chuva, barro, travessia de rio e, por fim, ficamos atolados. Saímos de Aquidauana às 7h30min e chegamos à aldeia no final da tarde, por volta das 18 horas.



Passagem pela enchente em Aquidauana. "Ponte Velha", divisa entre Aquidauana e Anastácio. O rio Aquidauana transbordou e as duas pontes (Ponte Velha e Ponte Nova) foram interditadas. O município de Aquidauana ficou isolado.



Acadêmicos chegando para a aula na aldeia São João. Travessia do rio Aquidabã.



Professor Inácio que, gentilmente, deslocou-se da aldeia para nos buscar em Bonito.



Já em terra indígena e após vencer doze atoleiros de 200 metros em média, de barro, e os denominados "olho de boi":





Vista da carroceria da camionete atolada no "olho de boi".




Travessia do Rio Aquidabã. Ao centro, o professor Inácio, garantindo nossa travessia com segurança.



Professor Inácio atravessando as professoras.







No primeiro período do primeiro dia de aula estiveram presentes apenas os acadêmicos do Polo de Porto Murinho II. Desconfiamos que o mau tempo fosse o responsável pela ausência dos acadêmicos - afinal, são muitos os obstáculos a serem enfrentados para chegar ao destino. De fato, logo após o almoço, um acadêmico que mora vizinho ao rio Aquidabã nos procurou e solicitou que fôssemos, com o carro da UFMS, até o rio onde o freteiro havia deixado os acadêmicos do Polo de Porto Murinho I, pois estavam com muita bagagem e deveriam percorrer mais 14 km até a escola. Vale ressaltar que o freteiro não atravessou o rio porque as águas estavam acima do normal e a correnteza muito forte, apesar de a maioria deles estarem acostumados com a região e a enfrentarem esse trecho duas a três vezes por dia. As dificuldades em chegar para a aula foram narradas por um dos acadêmicos que reside na aldeia Aves de Barros (S5).

Observa-se que o entrevistador foi outro acadêmico (S2). A filmagem foi feita por um acadêmico da aldeia São João.

*S2- E aí, colega, como foi a viagem de lá pra cá?*

*S5- Nós saímos da Aldeia Alves de Barros às quinze horas, mais ou menos, com chuva, chovendo muito. Parava, chovia... Enfrentando aquela chuva, nós viemos assim mesmo. O freteiro passou lá, pegou a gente e nós viemos. A gente ia passar por dentro pra chegar o mais rápido possível, só que chegando ali vimos que a situação estava feia.*

*S2- Aqui por dentro onde?*

*S5- Num atalho que tem aqui por dentro. Muita água, barro... Chegamos numa fazenda, aí encontramos a situação assim drástica: a ponte caiu. Tivemos que dar uma parada, pensando no que a gente ia fazer. Se pousava ali... E o freteiro, nervoso: puxa, será que nós temos que fazer alguma coisa? Voltar? Falamos pro freteiro se a gente ia voltar ou não, se a gente ia pousar ali naquela fazenda. Nós dissemos e falamos para ele que ia retornar para a cidade de Bodoquena, pousar lá e no outro dia chegar aqui; foi o que aconteceu. Nós retornamos. Na estrada tinha uma água que estava descendo, uma nascente lá estava enchendo e quase que a gente não passou. Se o carro parasse, a gente ia pousar ali. De noite, já umas onze horas, conseguimos atravessar a água e chegamos em Bodoquena meia noite. Tivemos que pousar lá. No outro dia decidimos, ligamos para a secretária, (para ver) o que a secretária fazia por nós. Ela resolveu que nós vínhamos e que passássemos por Aquidauana. Foi o que fizemos, pegamos outro freteiro, aí viemos. Chegamos em Bonito, tentamos passar o rádio pra cá, o rádio não estava funcionando, estava desligado. Aí quando encontramos o Gilberto, na cidade de Bonito, de repente ele pareceu por lá: vou com vocês. Foi na casa dele, pegou a mochila dele a rede embarreada, toda molhada, cheia de barro... Mesmo assim chegamos aqui. Uma situação difícil, mas chegamos até aqui.*

No terceiro dia de aula, juntou-se a nós o professor da aldeia Tomázia (S4), que estava ilhado devido à cheia na Baía do Ozório. Ainda nesse dia, no período noturno, nos reunimos no pátio da escola para assistir aos vídeos e imagens do primeiro e do segundo encontros. Nesse momento, passamos a filmadora e a máquina fotográfica para que os alunos registrassem e fotografassem o momento. O primeiro a falar foi o coordenador da escola-polo (S4), que discorreu sobre o encontro que estava acontecendo:



*Essa etapa foi bastante importante porque, como vocês disseram, com dificuldade, enfrentando chuva, barro, distância... Então, isso para a gente é muito gratificante, principalmente quando as pessoas vêm conhecer a nossa realidade. Que a gente sai daqui, quando chega à universidade em Aquidauana, às vezes a gente conta a nossa história, ou em qualquer lugar, aí é difícil as pessoas acreditarem. Mas, com o testemunho de vocês... Vêm aqui pra levar e pra mostrar a nossa realidade. Agora conhecem e sabem, como o Gilberto saiu do Barro Preto, Maximínio da Tomázia e os outros também, da Alves de Barros. A gente fica bastante feliz quando está aqui quase no final dessa etapa, temos mais amanhã ainda para nós estarmos aqui juntos, aprendendo mais. (...) O objetivo da educação é estar trabalhando junto com a comunidade (e é o) que queremos, sempre. Começar com essa turma aqui, fazer uma educação indígena mesmo, do nosso jeito.*

8

Após a fala dos acadêmicos, o entrevistador (S2) solicitou à professora Claudete que se manifestasse sobre a viagem até a aldeia, a hospedagem e suas impressões sobre os alunos.

*Gostaria de dizer que a aventura da estrada, do barro, que para vocês é muito comum, para nós foi complicado, difícil, foi a primeira vez que dirigi uma camionete no barro. Consegui a façanha de atolar bem na entrada da aldeia... Mas isso se torna muito pequeno diante da recepção que tivemos, tanto aqui quanto na Alves de Barros. Ficamos muito bem alojados, fomos muito bem tratados e queremos registrar nossos agradecimentos. O respeito que vocês têm por nós e o nosso respeito por vocês. Dessa convivência e do trabalho conjunto, os resultados são ricos, importantes para uma reflexão intercultural que toma os conhecimentos tradicionais e os conhecimentos universais como suporte para as discussões sobre a escola, sobre a educação escolar indígena. Ressalto ainda a oportunidade de estar conhecendo um pouco mais sobre a realidade, a história, a educação, a escola aqui de vocês.*

Com o término do período de aula chegou o momento da despedida e, embora a nossa vontade de ir para casa fosse grande, a de ficar também o era, pois fomos muito bem recebidos e acolhidos pela comunidade.

Aulas encerradas. Acadêmicos da aldeia Alves de Barros seguindo os professores no retorno para casa.





# Reflexão prática sobre as aulas e algumas considerações

As aulas ocorreram sempre no período diurno, tanto no primeiro quanto no segundo encontros. No período noturno, na aldeia Alves de Barros (primeiro encontro), constatamos a disposição dos acadêmicos que estavam alojados na escola em organizarem jogos e brincadeiras que pudessem proporcionar interação entre eles e os professores, que também permaneciam no ambiente escolar. Assim, jogamos “bozó”<sup>4</sup>, iluminados por lanternas e, dado o interesse dos acadêmicos pelos equipamentos (máquinas fotográficas, filmadoras, notebook, gravadores digitais), os disponibilizamos para que os manuseassem. Foi um sucesso. Salientamos que muitos acadêmicos possuem máquinas fotográficas, inclusive filmam, conhecem computadores e se arriscam na digitação; outros já iniciaram cursos de introdução à informática. Assim, o sucesso pode ter ocorrido pelo fato de os equipamentos serem modernos, diferentes, além de os alunos terem iniciado, em dezembro de 2010, a disciplina Educação à Distância.

No segundo encontro, essa disposição interativa já surgiu de forma mais organizada; além do “bozó”, jogamos “truco”<sup>5</sup> e os acadêmicos tiveram exercício de computação no período noturno, já que na Escola Municipal Indígena Polo Koinukoen, aldeia São João, existe um mini laboratório com cinco máquinas. Mas o fascínio pelas imagens e pela brincadeira de repórter e noticiários predominou.

O fato de se mostrarem preocupados com o coletivo, com a interação interpessoal e em estarem reunidos, nos remete a aspectos culturais das etnias ali presentes (Terena, Kinikinau e Kadiwéu)<sup>6</sup>, uma vez que na comunidade tudo é decidido coletivamente, em discussões com lideranças, em reuniões para as quais todos são convidados. Fato observado pelo professor indígena Terena Mestre Paulo Baltazar que, no segundo encontro, trabalhou com Fundamentos Sociológicos da Educação, trazendo a sociologia para as reflexões sobre a educação escolar indígena proposta e a concretizada nas escolas da região dos povos do pantanal.

Ressaltamos que a própria organização secular dos povos indígenas em círculo, permanece<sup>7</sup>. É automático: ao entrarem em sala já organizam as carteiras em círculo. O mesmo ocorre no momento de distração e na disposição dos computadores no laboratório. Há uma constante preocupação em olhar o outro, sentir e interpretar as manifestações discursivas, em interagir com o outro, embora tenham, segundo eles, uma timidez cultural.

4 - O nome “Bozó” é um abasileiramento do jogo francês Yam. O jogo também possui relação com o pôquer, o Yatch, Holligam e o General. É um jogo de dados, cujo objetivo é marcar a maior pontuação. Utiliza-se cinco dados, um copo apropriado feito de couro e um papel para marcar a pontuação. É muito conhecido no Mato Grosso e no Mato Grosso Sul, muito jogado pelas populações urbanas e indígenas dos dois estados. (Nota da revisão. Fonte: <http://vilamulher.terra.com.br/bozo-quem-quer-brincar-9-428352-85188-pf-beth15939.php>).

5 - Truco é um popular jogo de cartas jogado em diversos locais da América do Sul e algumas regiões da Espanha e Itália. De acordo com o local pode possuir regras e variações diferentes, mas nunca mudando o princípio - uma disputa de três rodadas para ver quem tem as cartas mais “fortes” (de valor simbólico mais alto), baseado no blefe e sem envolvimento de apostas em dinheiro. (Nota da revisão. Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Truco>).

6 - A esse respeito ver, entre outros: COUTO, Valéria Guimarães de Carvalho. A Língua Kinikinau: Estudo do vocabulário e conceitos gramaticais. Dissertação de Mestrado. 139p. Mestrado em Letras da UFMS/CPTL, 2005; ACÇOLINI, Grazielle. Protestantismo à moda Terena. Tese. 218 p. Doutorado em Sociologia UNESP de Araraquara, 2004; GEERTZ, Clifford. A interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.; GRIFFITHS, Glyn. Dicionário da língua Kadiwéu. SIL, 2002; BALTAZAR, Paulo. O processo decisório dos Terena. Dissertação de Mestrado. 90 p. Mestrado em Ciências Sociais. PUC de São Paulo, 2010.; SILVA, Fernando Altenfelder. Mudança Cultural dos Terena. Revista do Museu Paulista N.S. São Paulo, volume III, 1949, p. 271-379.; e no artigo, s.d.t. Conquista Colonial, resistência indígena e formação do Estado-Nação: os índios Guaicuru e Guaná no Mato Grosso do século XIX.

7 - A referência da nota anterior (5) discute essa questão.

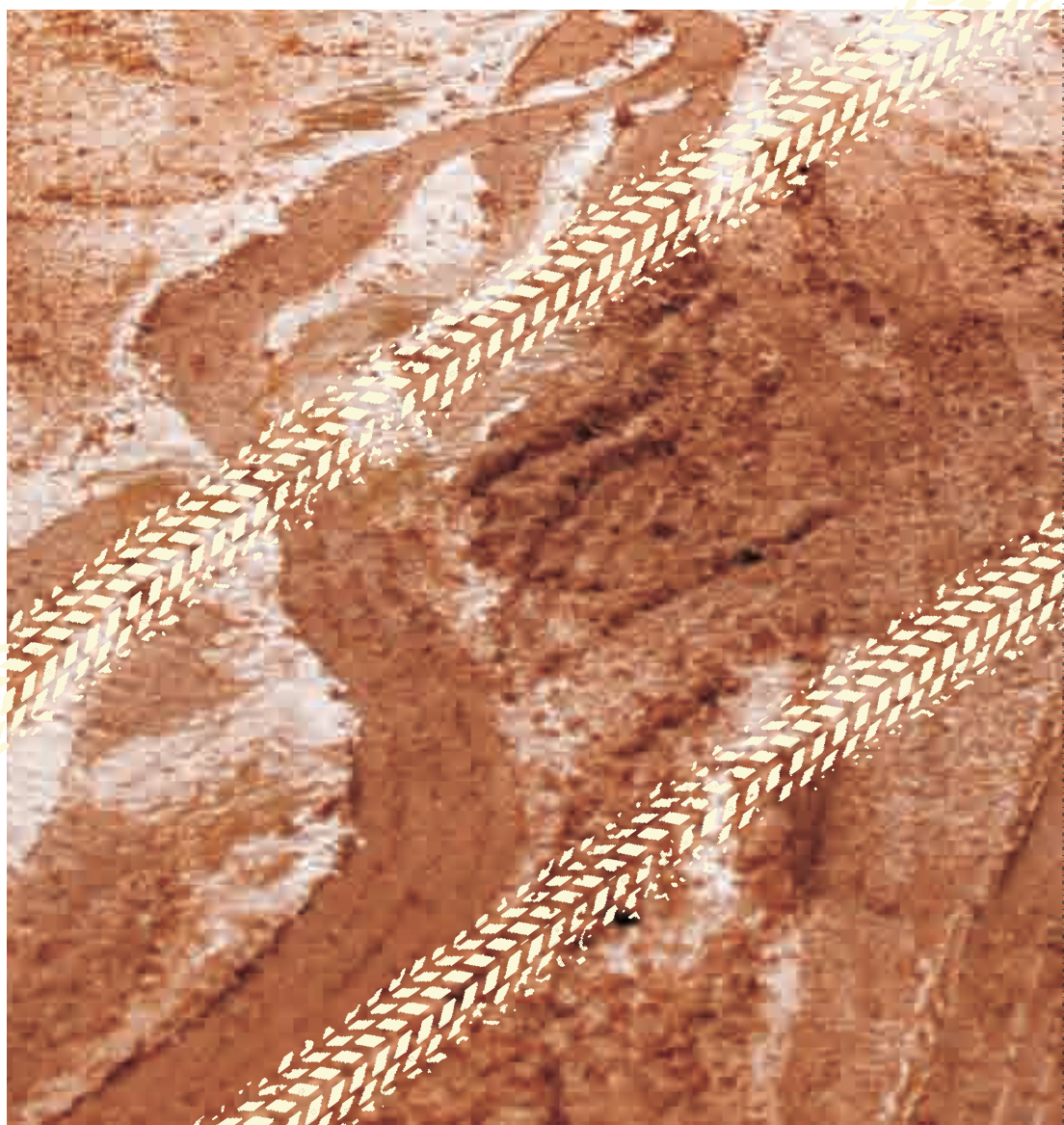




Acadêmicos em aula durante o segundo encontro, Polo de Porto Murinho, na Escola Municipal Indígena Polo Koinukonoen, aldeia São João

As sínteses produzidas pelos acadêmicos no primeiro encontro para a disciplina Organização da Escola Básica Indígena passaram por uma primeira leitura, sem a preocupação de marcar erros ortográficos ou de outra ordem, mas sim de avaliar o grau de compreensão da leitura de textos legais e de caráter científico. Os resultados dessa avaliação demonstraram o esforço e o interesse dos acadêmicos em registrar a interpretação que fazem da escola da sua comunidade em comparação com a legislação específica para a educação indígena.

A seguir, apresentamos os registros presentes nas sínteses, nos quais os acadêmicos fazem alusão ao que a escola indígena representa, bem como sobre aspectos identitários que envolvem afirmação cultural e linguística. Para melhor organizarmos os trechos, primeiramente apresentamos partes dos textos produzidos pelos acadêmicos da etnia Kinikinau, sem indicação do nome do autor, apenas enumerando os trechos. Cada trecho enumerado representa parte do texto de um acadêmico.







*[...] A educação escolar passa a ser importante levando em consideração a preservação das culturas e línguas que podem se extinguir se não praticadas. Se nós e a nossa comunidade conhecermos os direitos que a legislação nos assegura, é que estaremos caminhando para que isso possa se tornar realidade (T1).*

*[...] A Educação Escolar Indígena é importante para a minha comunidade e principalmente para meu povo, porque garante a revitalização da língua indígena na escola e das culturas em risco de desaparecerem (T2)*

*[...] Essa é a importância da educação escolar dentro das comunidades indígenas, com o anseio de manterem sempre vivos e passando para as gerações futuras seus conhecimentos e sua cultura, e que essa ideia de fazer uma educação diferenciada não fique só no papel, mas que seja posta em prática cada vez mais com força e determinação (T3)*

*[...] exigindo das instituições e órgãos responsáveis a definição de uma nova dinâmica educacional para que seja de fato incorporado, assegurado e aprovado o direito à organização social para a manutenção de suas diversidades étnicas nos sistemas de ensino federais, estaduais e municipais (T4)*

*[...] nos dando o prazer de podermos, nós indígenas, estar ensinando e aprendendo dentro da nossa comunidade. [...] A educação escolar é muito importante na minha comunidade, porque assim teremos caminho para um futuro bom, tendo direitos e deveres, tendo o conhecimento social, e por ela ser diferenciada faz com que a minha comunidade preserve, resgate e mantenha nossas origens, a língua, crenças e tradições, através do ensino. (T5)*

Chegada dos acadêmicos do Polo de Porto Murtinho I





Mesmo que em alguns trechos os acadêmicos repitam o discurso oficial ou se utilizem de palavras de textos oficiais, a capacidade de localizar os trechos mais importantes da legislação comprova a leitura atenta e difícil para aqueles que não têm contato com esse tipo de texto e, ainda assim, conseguem trazer para o papel o conceito de interculturalidade tão prescrito nas palavras dos discursos dos acadêmicos que já coexistem na etnia Kinikinau, o que se faz presente, também, nos textos produzidos pelos acadêmicos da etnia Kadiweu, como veremos a seguir:

*[...] A importância para o povo é o respeito e o reconhecimento de cada povo executar as aulas conforme a sua tradição. Deixar de ingerir línguas e costumes alienígenas (T6).*

*[...] Todas estas legislações que foram criadas para a educação escolar indígena são muito bem intencionadas, basta os governos terem a sensibilidade e colocarem em prática estas legislações e o povo indígena se orgulhar da educação que lhe foi estabelecida (T7).*

*[...] Trata-se de uma verdadeira transformação, que tem gerado novas práticas de uma nova função social para as escolas em terras indígenas. Nesse processo, a cultura indígena, devidamente valorizada, deve ser a base para conhecimento dos valores e das normas de outras culturas (T8).*

*[...] A educação escolar na minha comunidade mudou muito após a legislação federal. Os princípios contidos nas leis dão abertura para a construção de uma nova escola que respeite o desejo dos povos indígenas por uma educação que valorize suas práticas culturais e lhes dê acesso a conhecimento prático de outros grupos e sociedade. [...] Portanto, a educação escolar na minha comunidade é muito importante para garantir os meios para sistematização e valorização dos conhecimentos, costumes e tradições (T9).*

*[...] As escolas nas comunidades indígenas encontram várias barreiras, por motivo político ou fatores que envolvem as próprias comunidades. Na escola que hoje existe, tudo depende da sociedade envolvente; enquanto não houver uma formação adequada para os índios, sempre iremos ser dependentes. Para que isso aconteça devemos buscar nossos objetivos, buscar nossos direitos e lutar por eles (T10).*

*[...] Em relação à importância da educação escolar para a minha comunidade, é de grande valor porque é a educação que forma a vida de um cidadão numa sociedade. É através dela que uma comunidade irá reconhecer os seus próprios valores e conquistar espaço (T11).*


*[...] Essa escola diferenciada é muito importante para a nossa comunidade. Porém, não passa apenas de um sonho. Vivemos numa escola que se diz indígena e trabalhamos método de ensino imposto pelo município, onde a realidade da sociedade é totalmente diferente da realidade indígena (T12)*

*[...] A educação escolar, sem dúvida, é importante, porque garante o melhor conhecimento para a comunidade e está referenciada no território, na língua e na cultura (T13).*

Nota-se, nos trechos apresentados anteriormente, que os Kadiweu apoiam seu discurso na legislação, ao retratarem a preocupação com sua língua e sua cultura. Da mesma forma, os Kinikinau denotam preocupação com a pró-vitalização de sua língua étnica por meio da escola e do uso dessa língua entre eles, nas interações cotidianas. Talvez os Kadiweu não falem em pró-vitalização porque a comunidade é falante. O povo Kinikinau já foi dado como extinto, por isso a língua materna para eles refere-se muito mais à língua portuguesa do que à língua étnica.







Importa registrar que na aldeia São João a escola é Kinikinau e a língua étnica proposta para o ensino é o kinikinau. Entretanto, a escola possui alunos Kadiweu que não têm a oportunidade de aprender a sua língua materna. Durante a disciplina Organização e Gestão da Escola Básica Indígena (no primeiro encontro), os acadêmicos Kinikinau e Kadiweu do Polo de Porto Murtinho II, ao conhecerem a legislação específica, questionaram a possibilidade de existência de uma escola em que pudesse ser ofertada mais de uma língua indígena e citaram a escola da aldeia São João como exemplo.

Coincidência ou sorte, no mesmo dia, no período vespertino e sob forte temporal, recebemos a visita da Secretária de Educação do Município de Porto Murtinho, acompanhada do representante da Coordenação Geral de Educação Indígena do MEC, o professor Antonio Seizer, índio terena da região de Taunay.

Em meio a conversas sobre o curso e a escola, o questionamento sobre o espaço para a língua indígena no currículo reapareceu, tomando a legislação como base. Várias sugestões foram sendo postas junto com a reivindicação de criação e implantação da língua étnica kadiweu, juntamente com a língua kinikinau, na escola da aldeia São João.

Após discussão sobre carga horária, hora-aula e espaço físico, a Secretária atendeu à solicitação. Cabe dizer que durante o segundo encontro, na aldeia São João, quinze dias depois, a disciplina já havia sido introduzida no currículo escolar daquela comunidade e as aulas já estavam acontecendo. Fato que nos remete ao pensamento de Paulo Freire (1993) em relação ao processo de alfabetização, que parafraseamos e adaptamos para a educação: a educação é “antes de tudo um ato político” que exige um reexame de si e do seu papel, em especial a educação escolar indígena, já que não é “fazedora de tudo [mas é] fundamental na reinvenção do mundo” (p. 14).

Os trechos citados e as discussões postas em sala de aula apontam, portanto, que os acadêmicos, mesmo que relativamente, concebem a educação como “processo de conhecimento, formação política, manifestação ética [...], capacitação científica e técnica [...] prática indispensável aos seres humanos e deles específica na História como movimento, como luta” (FREIRE, 1993, p.14). Para os professores da licenciatura em questão, em conversas sobre as aulas e sobre o desempenho dos acadêmicos nas discussões orais, o que fica é a necessidade já afirmada por Freire (1993, p. 14-5):

*Em lugar da decretação de uma nova História sem classes sociais, sem ideologia, sem luta, sem utopia e sem sonho, o que a cotidianidade mundial nega contundentemente, o que temos a fazer é repor o ser humano que atua, que pensa, que fala, que sonha, que ama, que odeia, que cria e recria, que sabe e ignora, que se afirma e que se nega, que constrói e destrói, que é tanto o que herda quanto o que adquire, no centro de nossas preocupações.*

A reflexão que fazemos nos remete novamente a Paulo Freire (1993, p.30-1) em relação à interculturalidade. Para o autor,

*As diferenças interculturais existem e apresentam cortes: de classe, de raça, de gênero e, como alongamento destes, de nações [e de povos]. [...] essas diferenças geram ideologias, de um lado, discriminatórias [o fato, por exemplo, de julgar que a escola não é tão importante para os povos indígenas], de outro, de resistência [a busca desses povos pela preservação de suas culturas e por uma educação escolar que atenda às suas necessidades e reivindicações]. Não é a cultura discriminada que gera a ideologia discriminatória, mas a cultura hegemônica a que o faz. A cultura discriminada gesta a ideologia de resistência que, em função de sua experiência de luta, ora explica formas de comportamento mais ou menos pacíficos, ora rebeldes, mais ou menos indiscriminadamente violentos, ora criticamente voltados à recriação do mundo. [...] na medida em que as relações entre estas ideologias são dialéticas, elas se interpenetram. Não se dão em estado puro e podem mudar [...].*



As questões postas na citação acima podem ser constatadas na interpretação do conteúdo dos trechos retirados das sínteses dos acadêmicos, em especial quando procuram aproximar a legislação ao cotidiano das escolas que atuam em suas comunidades: ora assumem o discurso oficial, ora a ele se confrontam, ou ainda, ora se entrecruzam. Nesse entrecruzamento, (re) significam, se constroem e se destroem em um movimento contraditório do interdiscurso<sup>8</sup>. Mas, conforme ressalta Orlandi (2002, p.234-5), “dadas as condições políticas, históricas e mesmo culturais, as questões que derivam da situação de contato entre índios e população envolvente sofrem altos e baixos, enormes crises, rupturas, dissonâncias e movimentos contraditórios, continuamente”.

Nessa direção e assumindo as afirmações de Prado (2005, p. 42),

*[...] o indivíduo sozinho não é capaz de realizar reestruturações na sociedade, mas é responsável por elas quando unido a outros indivíduos, momento em que se forma uma vida coletiva. Assim, o coletivo exige o individual. Isso evoca o pensamento de Freire (1987), para quem os caminhos da libertação são os dos oprimidos que se liberam, não sendo coisa que se resgata. E para isso ocorrer, deve o sujeito autoconfigurar-se responsabilmente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica.*

Assim, o que não podemos perder de vista é a capacidade de aproveitar os deslocamentos e rupturas para a reflexão teórica sobre a prática didático-pedagógica proposta na licenciatura em questão.

O trecho **T1**, ao se referir aos 'direitos', nos remete às concepções de cidadania. Mas o que é ser cidadão indígena para o índio? Talvez essa seja uma questão central na organização do currículo e nos ementários de disciplinas do eixo Ciências Sociais e Educação Intercultural, uma das especificidades de formação da Licenciatura Intercultural Indígena Povos do Pantanal. Entretanto, mesmo sem sermos indígenas, arriscamos dizer que ser cidadão indígena significa, entre outras concepções, ser sujeito de si, do seu discurso, sujeito que pratica sua cultura diante da e na sociedade envolvente sem perder de vista os traços específicos de sua identidade, que se transforma, transformando-a, conforme podemos observar no trecho T11.

Faz-se necessário ressaltar que, de acordo com Orlandi (2002, p. 234-5)

*A identidade é um movimento na história [...] nos processos identitários é necessário atentar à afirmação da identidade em sua inserção social [...] é necessário deixar um espaço de elaboração [...] é preciso elaborar um espaço para que o índio trabalhe seus processos identitários de modo politicamente significado. Isso quer dizer que, na perspectiva discursiva, a identidade resulta de processos e estes são da ordem do simbólico, do social e do político, no modo como são praticados na história, com suas causas e consequências.*

Jamais os povos indígenas voltarão a ser como o eram há 500 anos. O que se reafirma aqui é que a identidade é móvel, somos seres “híbridos”. Exemplificam essa questão os trechos **T2; T3; T4; T5; T6; T7; T8; T9; T10; T11; T12 e T13**, que remetem à globalização, a identidades híbridas, às representações que o sujeito tem de si e do outro, às necessidades das comunidades indígenas em relação aos conhecimentos tradicionais (de suas culturas) e universais (científicos, da sociedade não indígena); ao trabalho com suas línguas étnicas e ao processo de pró-vitalização daquelas que não são faladas no cotidiano da comunidade. Aliás, a língua étnica, para os indígenas, é o principal instrumento de manifestação de sua identidade.

Não restam dúvidas de que os acadêmicos têm consciência do papel do professor indígena em sua comunidade e na educação escolar indígena, tanto no sentido da pró-vitalização da língua, da cultura e na constituição identitária de seu povo, quanto em relação à importância dos conhecimentos universais enquanto instrumento social, econômico, político, identitário e cultural, de luta e resistência do grupo a que pertencem, conforme trechos **T8 e T9**.

Acreditamos, portanto, que já no início do curso foi possível constatar as prováveis mudanças na forma de pensar, sentir e agir dos professores/acadêmicos indígenas do curso LIIPP, tão importantes para o estabelecimento e manutenção do que para eles significam realmente os conceitos de educação diferenciada e educação escolar indígena. Novamente com Freire: “a leitura de mundo antecede a leitura da palavra”, complementada com a expressão de Sonia Kramer: [...] “mas, a leitura da palavra transforma, modifica, acrescenta, qualifica a leitura do mundo”. Assim, diante do exposto, questionamos: será que a escola para eles não tem tanta importância?





**Denise Silva**

Pedagoga pela UFMS, campus de Aquidauana,  
Mestre em Letras pela UFMS, campus de Três Lagoas.  
Doutoranda em Letras e Linguística pela UNESP de Araraquara.  
Professora responsável pela disciplina Organização da Escola Básica Indígena  
no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena "Povos do Pantanal".

**Claudete Cameschi de Souza**

Graduada em Letras e Pedagogia pela UFMS, campus de Três Lagoas.  
Mestre e Doutora em Educação pela UNESP de Marília.  
Coordenadora do curso e professora da disciplina Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação  
no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena "Povos do Pantanal".

## Referências bibliográficas

- FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. São Paulo: Cortez, 1993.
- ORLANDI, Eni P. **Reflexões sobre Escrita, Educação Indígena e Sociedade**. In. **Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 231-47.
- PRADO, Alexandra Pires do. **Letramento entre os Terena: inserção ou resistência?** Dissertação de Mestrado. 2005, 133 p. Mestrado Interinstitucional UnB/UNIDERP. Brasília, DF.